OUTUBRO 2003 ▪ ANO XVIII ▪ Nº 589 ▪ seg 20 ▪ ter 21 ▪ qua 22 ▪ qui 23 ▪ sex 24 ▪ sáb 25 ▪ dom 26 ▪ sintufrj.org.br ▪ sintufrj@sintufrj.org.br

JORNAL DO Sintufrj
FASUBRA CUT
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

## Vestibular

Permanecem abertas até 24 de outubro as inscrições para a fiscalização do vestibular 2004. Podem se inscrever professores em situação de pagamento ativa, funcionário técnico-administrativo em situação de pagamento ativa, alunos de graduação regularmente matriculados no 6.º período com CRA igual ou superior a 6.0 e alunos de pós-graduação regularmente matriculados. Informações: www.vestibular.ufrj.br

# Eleições

## Chapas se inscrevem nesta quinta-feira

**Entre 8h e 17h desta quinta-feira, dia 23 de outubro, a secretaria do Sindicato estará recebendo as inscrições das chapas que vão disputar as eleições do SINTUFRJ para a gestão no biênio 2003-2005. O pleito está marcado para os dias 25, 26 e 27 de novembro.** *Página 5*

## Nutes: 30 anos de inovação

**GENTE QUE FAZ. Empenho dos funcionários do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde é responsável pelo prestígio do órgão.** *Página 4*

## Três vezes rejeitado

**Pela terceira vez assembléia de funcionários da UFRJ rejeita acordo assinado entre Fasubra e Governo. Federação pode romper a negociação.** *Página 3*

Ações**Judiciais**

# Procurações de 10,87%, 35,28%, isonomia se espalham pela UFRJ

O SINTUFRJ tem sido procurado nas últimas semanas pelos sindicalizados que estão sendo assediados por advogados particulares para assinarem procurações para entrar com ação judicial requerendo 35,28% (perdas salariais de 1997); 10,87% (inflação de 1995) e isonomia (equiparação à tabela do NCE de 1986). Há inclusive seções de pessoal e setores na Reitoria entregando as cópias dessas procurações, o que causa ainda mais confusão aos sindicalizados. As orientações da assessoria jurídica do SINTUFRJ, encaminhadas pelas diretorias do sindicato, têm-se mostrado vitoriosas. Entretanto, a decisão é individual e cada sindicalizado, ao decidir agir com advogado particular, deve ter a clareza que não pode ter mais de um processo judicial sobre o mesmo objeto da ação. A diretoria do SINTUFRJ esteve presente em inúmeras reuniões de unidades e volta a esclarecer sobre o assunto.

## Isonomia

Sobre a **isonomia**, a assessoria jurídica do SINTUFRJ já emitiu parecer, informando que não cabe jurisprudência com relação à ação que está sendo executada. Reproduzimos a seguir o que publicamos no Jornal SINTUFRJ nº 573.

## Ações coletivas

A assessoria jurídica do SINTUFRJ informa que as ações coletivas já estão em fase de elaboração e no decorrer do mês de outubro estará sendo convocada assembléia da categoria específica para autorizar a propositura das referidas ações para todos os filiados do SINTUFRJ.

## Parecer do jurídico

Para a assessoria jurídica, a condenação imposta no processo que está sendo executado, "receber a diferença no período de janeiro de 1986 a março de 1987, não existindo direito à incorporação", somente gerou direitos e obrigações as partes envolvidas, não podendo produzir efeitos além do sobredito no processo. A decisão judicial beneficia apenas o grupo de servidores participantes e que portanto, não cabe o ajuizamento de demanda judicial com amparo neste caso que possa produzir benefícios aos servidores da UFRJ, considerada a inexistência de fundamentos jurídicos para tratamento isonômico.

## Reposição salarial da era FHC

O reajuste de 10,87% teria lugar a partir de julho de 1995 considerando a aplicação do dispositivo da MP 1053 95, norma complementar ao plano real que garantia aos trabalhadores reajuste desde a última data-base até junho de 1995, inclusive pela variação do IPC do período. Os 35,28% de perdas salariais também se referem ao período do governo FHC.

A política salarial praticada para os servidores públicos federais durante os últimos anos foi fruto de diversos debates jurídicos no âmbito das assessorias jurídicas da base da Fasubra. Há diversas teses jurídicas sobre a matéria, e vem sendo construída jurisprudência sobre a existência de diversos índices que deveriam ter sido aplicado aos servidores. Ou seja, não há consenso de que os percentuais sejam, necessariamente, 10,87% e 35,28%. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADIN 2061, entendeu que o preceito constitucional, desde junho de 1999, quando transcorrido os primeiros doze meses da data da edição da Emenda Constitucional nº 19, restou caracterizada a mora do Governo na concessão de reajuste. Porém, o entendimento do STF foi no sentido de dar ciência ao presidente da República acerca do reconhecimento da mora, pois a ele cabe a iniciativa do projeto de lei para concessão do reajuste. Em razão de tal manifestação do STF a alternativa construída foi o ajuizamento de ações de perdas e danos.

## Atrasados dos 28,86%

Nas últimas semanas, uma onda de boatos circulou pela universidade, dando conta de que os atrasados dos 28,86% já estariam em folha suplementar, ou que seriam pagos em breve. Infelizmente, ainda não é verdade.

A partir da implementação da integralização dos 28% em dezembro de 2002 em nossos salários, começamos a buscar negociações com Brasília em relação aos atrasados.

A coordenação geral do Sindicato e o superintendente de Pessoal desde julho vêm participando de reuniões com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, em que são mostradas a legalidade e a legitimidade do pagamento dos atrasados, inclusive resgatamos no processo o ofício daquele Ministério, datado de maio de 2000 mandando efetuar o pagamento a partir daquela data.

O secretário de Recursos Humanos, com quem já havíamos iniciado as negociações, foi substituído. Em função disso as negociações ficaram paradas. Após várias tentativas conseguimos retomar as negociações e realizamos uma nova reunião com a atual secretária de Recursos Humanos, em que ficou acertado que ela estudaria a questão e marcaria um novo encontro. Ainda não obtivemos retorno.

**MUITA ATENÇÃO**: Vários advogados andam circulando procurações pela UFRJ, algumas extremamente abrangentes, dando amplos poderes sem nem identificar o objeto da ação, e cobrando valores altos para dar entrada em processo similar. Já estamos atendendo casos de sindicalizados cujos advogados particulares sumiram levando o dinheiro do servidor. Muito cuidado e atenção no que for assinar.

## Corrida e futebol na Quinta

Dia 30 das 8 às 17 horas, no horto florestal do Museu Nacional, os funcionários do Museu Nacional, em parceria com a COLSAT, o SINTUFRJ e a DVST, irão realizar a atividade "Saúde e Trabalho" para tentar despertar nas pessoas a consciência de vida saudável. Os funcionários do Museu irão participar de maratona e torneio de futsal. Os primeiros colocados receberão medalhas e troféus. Também estarão presentes médicos para aferir a pressão, o peso e medir a glicose dos participantes.

JORNAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ
Cidade Universitária - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21944-970 - CGC:42126300/0001-61

**Coordenação de Comunicação Sindical:** Simone Silva, Vera Lúcia Vieira Barradas e Antonio Gutemberg Alves do Traco / **Edição:** L.C. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Lili Amaral e Regina Rocha. **Estagiária:** Leticia Baumann / **Projeto Gráfico:** Luís Fernando Couto / **Diagramação**: Caio Souto e Luís Fernando Couto / **Ilustração:** André Amaral / **Fotografia:** Niko/ **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem**: 11 mil exemplares / As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade do **Conselho Editorial:** Simone Silva, Antonio Gutemberg Alves do Traco, Agnaldo Fernandes, Ana Maria Ribeiro, Neuza Luzia e Vera Barradas / **Correspondência:** aos cuidados da Coordenação de Comunicação. **Fax:** 21 2260-9343. Tels: 2560-8615/2590-7209 ramais 214 e 215.

ACORDO: ***Os funcionários da UFRJ voltaram a rejeitar o acordo assinado entre Fasubra e governo***

# 3 vezes NÃO

*Pela terceira vez, os técnicos-administrativos da UFRJ manifestaram-se contra o acordo proposto pelo governo. Na assembléia de quinta-feira, dia 16, no Salão Azul da Reitoria, a categoria reafirmou sua posição e, quase por unanimidade, votou a favor de que a Fasubra rompa com o acordo já assinado com o governo. A diretora da Federação e integrante do GT - Carreira, Cenira da Matta, participou da assembléia a convite do Sindicato para explicar melhor o acordo e seus desdobramentos.*

Esta foi a segunda assembléia convocada pelo Sindicato acatando resolução da última plenária da Fasubra, realizada nos dias 26 e 27 de setembro, que indicou: reavaliação pelas bases da proposta governamental e tomada de decisão sobre se a Federação romperia com o acordo ou continuaria as discussões com o governo para sua implantação. Até esse dia, 20 universidades haviam votado pela continuidade do acordo, 13 pelo rompimento e 12 ainda estavam sem posição.

## Divisão da categoria

A coordenadora do Sindicato e diretora da Fasubra, Neuza Luzia, manteve sua posição contrária ao acordo, mas lembrou à assembléia que a maioria das universidades já havia aprovado a sua manutenção e, como diretora da Federação, acataria a decisão das bases. "Tenho certeza de que a Federação não tentou fazer política com os nossos salários e sim amarrar os 5% aos nossos vencimentos. O Comando de Greve também tentou o melhor que pode. Mas o fato concreto é que este acordo divide a categoria e há inconstitucionalidade. O projeto de lei que será elaborado tem que tirar a obrigatoriedade da adesão prévia", afirmou a dirigente.

Segundo a coordenadora, quando chegar às bases o projeto de lei, quem tem ações judiciais vai tentar na Justiça manter a tabela. E ninguém, disse, deve abrir mão do que conquistou porque foi com luta árdua. Na sua avaliação, o governo foi muito esperto ao exigir a adesão antes de vir a carreira estruturada. "O governo aposta na divisão da categoria, uma vez que sabe que a Fasubra é forte. E este é o nosso maior problema; a unidade é fundamental para nós, porque sem ela não enfrentaremos o governo e não teremos forças para lutar pelo PCU", frisou.

## GT-Carreira

Cenira da Matta esclareceu que o acordo assinado não é plano de carreira, mas apenas uma reestruturação de tabela. Esse projeto de lei reestrutura a tabela salarial da categoria utilizando os recursos previstos no acordo do governo, que são: R$ 16.021.000,00 para dezembro de 2003; R$ 143.616.100,00 para novembro e dezembro de 2004 e R$ 314.814.000,00 para novembro e dezembro de 2005.

Segundo Cenira, o acordo também não impede que a Fasubra dispute mais recursos para a categoria em outras instâncias do poder, através de emenda no Congresso Nacional, via o orçamento do próximo ano. E também na mesa central de negociações permanentes, com vistas à construção do PCU.

## Fasubra encosta governo na parede

Se até esta terça-feira, dia 21, o governo não publicar no Diário Oficial da União a portaria criando a comissão mista (trabalhadores e governo) que irá elaborar o projeto de lei que reestrutura a tabela salarial da categoria, a Fasubra considerará que o próprio governo rompeu com o acordo proposto e já assinado pela Federação. Ofício comunicando esta decisão foi protocolado na sexta-feira passada pela Fasubra na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESU).

Esta atitude foi adotada esta atitude porque na quinta-feira, dia 16, quando os coordenadores da Federação e da Conditec chegaram para a primeira reunião agendada pela SESU, além do secretário Carlos Antunes estar ausente, ficaram sabendo que sequer havia sido constituída a portaria criando a comissão.

### Radicalização

"No ofício alertamos sobre a necessidade de agilização dos trabalhos, já que o tempo é curto. Estranhamos a atitude do secretário e demos prazo até esta terça-feira para a oficialização da comissãoe que nesse mesmo dia seja realizada a primeira reunião de trabalho", disse o coordenador da Federação, Paulo Henrique Santos.

Caso isso não ocorra, é intenção da Fasubra dar como rompido o acordo, e por decisão do próprio governo.

Se esta comissão vier a ser constituída, participarão dela representantes da Fasubra, Conditec (Conselho Nacional de Escolas Técnicas), Sinasef, Andifes, Ministérios do Planejamento, Fazenda e Casa Civil. A tarefa da comissão é elaborar o projeto de lei para ser enviado ao Congresso Nacional para aprovação. A expectativa da Federação era que o projeto tramitasse no Congresso em caráter de urgência e que até novembro fosse aprovado.

QUEM FAZ: ***Maioria dos quadros do Núcleo são de funcionários técnico-administrativos***

# NUTES

## 30 anos de inovação

fotos: Niko Júnior

**NUTES:** diretora Miriam Struchiner (de pé) e Roberto Camacho, funcionário mais antigo

A história do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (Nutes) é um marco na trajetória deste campo de conhecimento em nível internacional. Em razão disso e das três décadas de vanguarda, seus profissionais estão organizando a exposição "30 anos de Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde", que vai apresentar vídeos, equipamentos pioneiros, painéis e publicações, de 3 a 14 de novembro, na Biblioteca Central do CCS. A solenidade de comemoração será dia 3, às 14h, no auditório da Biblioteca.

O núcleo articula ações de formação em nível de pós-graduação e projetos de pesquisa e desenvolvimento de tecnologias educacionais realizados por profissionais de várias áreas, integrando diferentes campos de conhecimento. Conta com os laboratórios de Linguagens e Mediações, de Tecnologias Cognitivas, de Vídeo Educativo, Currículo e Ensino e Estudo da Ciência.

### Pioneirismo

Ele nasceu no Instituto de Biofísica, fundado por Luiz Carlos Galvão Lobo, impulsionado pelo professor Carlos Chagas Filho para atender à demanda da reforma universitária de 1968 de novos métodos e tecnologias educacionais no ensino da saúde. Em 1972, tornou-se órgão suplementar e incorporou recursos de ponta. Foi pioneiro no país no uso do computador na educação e inovador em iniciativas como a instalação de TV a cabo conectando todas as unidades do CCS, na produção de vídeos educativos e metodologias na formação de recursos humano para a saúde.

Ampliou rápido seu campo de ação para toda a América Latina. Bem sucedido a tal ponto que a Organização Panamericana de Saúde (OPAS) criou, com base no núcleo, o Centro Latino-Americano de Tecnologia Educacional para a Saúde (Clates). Com o fim desta experiência no início da década de 1980, o núcleo se voltou para projetos nacionais de amplo alcance, em cooperação com o Ministério da Saúde, como materiais educativos para a formação de profissionais comprometidos com o controle de doenças como tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, câncer e AIDS.

A partir de 1996, com a criação da pós-graduação, o Nutes reorganizou mais uma vez sua estrutura ao articular ensino, produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias.

### Presença marcante

O núcleo é formado por 41 funcionários e 10 docentes. Segundo Isabel Martins, como a atividade envolve produção, desenvolvimento e pesquisa no campo da tecnologia educacional, trabalha com vários suportes, como vídeo, material impresso e informática. Isso implica envolvimento de diferentes profissionais, tanto no quadro técnico-administrativos, quanto docente. São analistas de sistema, cinegrafistas, *designers*, técnicos em assuntos educacionais, programadores de computador. "Somos uma equipe multidisciplinar, mas a maioria tem pós-graduação e uma atuação acadêmica na área de educação", explica.

O técnico-administrativo João Luiz Leocádio coordena o Laboratório de Vídeo Educativo. Ele explica que o Nutes, como órgão suplementar, é apoiado em atividades técnicas com referência no trabalho acadêmico. Ele está no Nutes desde 1978, lembra o pioneirismo na década de 1970 e conta que nos últimos 10 anos vem mudando o perfil institucional para a área acadêmica, com a criação do mestrado e da especialização. "Hoje nós temos professores, técnicos-administrativos, doutores e alunos de pós-graduação na investigação e produção de novas tecnologias educativas", resume João.

## Verbas para as universidades federais este ano

Na última semana as universidades federais começaram a repassar seus planos de trabalho para a Secretaria de Educação Superior (Sesu). A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) informou que os recursos da emenda Andifes serão liberados assim que o governo aprovar as propostas. O repasse será feito por meio de convênio com a Secretaria para depois ser liberado pelo Congresso Nacional. Todas as cinco instituições federais do Rio serão beneficiadas. A UFRJ receberá o maior valor, ou seja R$ 4,4 milhões do valor total de R$ 83 milhões previstos na emenda.

# Chapas se inscrevem nesta quinta-feira

Entre 8h e 17h desta quinta-feira, dia 23 de outubro, a secretaria do Sindicato estará recebendo as inscrições das chapas que vão disputar as eleições do SINTUFRJ para a gestão no biênio 2003-2005. O pleito está marcado para os dias 25, 26 e 27 de novembro. Poderão ser candidatos sindicalizados com pelo menos um ano ininterrupto de filiação que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e que não possuam nenhum tipo dívida. As chapas devem ser inscritas com os 27 nomes distribuídos pelas diversas coordenações. A Comissão Eleitoral constituída após o processo de inscrição de chapas será integrada por um integrante da Diretoria Executiva e dois representantes de cada chapa. A atribuição da Comissão Eleitoral é a de organizar e coordenar todo o processo eleitoral, sempre com base no Estatuto do SINTUFRJ e no Regulamento. Os integrantes da atual diretoria que eventualmente vierem a se candidatar, por uma questão de ética política, vão se desimcompatibilizar dos seus cargos, apesar de não haver determinação regimental neste sentido. O 7º Congresso reafirmou o critério majoritário de composição da diretoria.

Durante três dias delegados se reuniram no Quinhentão para discutir um ampla pauta de temas relacionados à luta da categoria

## Congresso aprova plano de luta

O 7º Congresso do SINTUFRJ realizado nos dias 8, 9 e 10 de outubro aprovou dois planos de lutas que devem ser implementados pela nova direção eleita para o Sindicato. No plano nacional, a plenária deliberou pela defesa de reajuste anual; reposição de perdas salariais e pela luta para a conquista do PCU. A reabertura da emergência do HU e dos bandejões consta do plano de lutas local. Já o debate sobre conjuntura indicou a necessidade de pressionar o governo para que seja realizado plebiscito oficial sobre a Alca, e que, paralelamente, os movimentos deflagrem uma ampla campanha de esclarecimento à população sobre o tema.

A plenária final do Congresso também fez algumas recomendações ao movimento sindical da categoria, além de listar as lutas prioritárias que deverão ser encaminhadas pela diretoria do SINTUFRJ. Uma das recomendações foi sobre as questões raciais e das minorias, movimentos que também devem fazer parte do calendário de lutas dos técnicos-administrativos. Confira as deliberações na íntegra:

### *Plano de lutas nacional*

*Contra as reformas trabalhista e sindical do governo federal; Por reajuste salarial anual e reposição de perdas; Pela conquista do PCU; Pela realização imediata de concurso público; Pela conquista da autonomia sindical e universitária; Em defesa do serviço público de qualidade e contra a privatização das universidades públicas; Contra a precarização da mão de obra e pela qualidade de vida dos trabalhadores; Questões raciais e das minorias: estas lutas devem ser assumidas pelo movimento sindical da categoria e tratadas como prioridades; Atuar junto ao Congresso Nacional pela aprovação de emenda constitucional que revogue os artigos da Constituição que tratam da reforma previdenciária, considerando que somente um quórum de 3/5 pode garantir essas mudanças.*

### *Plano de lutas local*

*Reabertura da emergência do HU. A Reitoria deve promover uma ampla discussão a respeito com os movimentos organizados da UFRJ; Implementar luta pela reabertura dos bandejões; Trabalhar pela representação dos aposentados nos órgãos colegiados; Construir fórum de representantes técnico-administrativos nos órgãos colegiados da UFRJ; Ampliação das creches.*

### *Lutas gerais*

*Pressionar o governo para realização do plebiscito oficial da Alca e a realização de uma ampla campanha de esclarecimento sobre o tema pelo movimento sindical e popular; Realização de ampla mobilização com objetivo de suspender as reformas do governo, e para que o governo chame o movimento para negociar antes de enviar ao Congresso Nacional qualquer projeto de reforma; O governo deve se posicionar contra as guerras imperialistas; Pressionar o governo para que encaminhe imediata auditoria das dívidas, em particular a externa; Suspensão do pagamento da dívida externa e que o governe passe a investir esse dinheiro no social (serviço público, salários e emprego).*

## Comissão se reúne

A Comissão de Ética constituída pelo Congresso para examinar os débitos de sindicalizados com convênios em geral e empréstimos fez sua primeira reunião na quinta-feira, dia 16. No caso dos empréstimos, a comissão vai identificar os diretores responsáveis pela operação. Um dos integrantes, Jéferson Salazar, a comissão tem 30 dias para fazer o seu trabalho. Ele explicou que o relatório da Comissão será exposto numa assembléia que será realizada no dia 14 de novembro. A próxima reunião será nesta segunda-feira.

LUTA: ***Sara Granemann assum e anuncia compromissos com a luta pela autonomia e previdência pública***

# Posse na Adufrj

A nova diretoria e o novo Conselho de Representantes da Adufrj tomaram posse dia 15, na Casa da Ciência, em uma concorrida cerimônia. A nova gestão assume e promete continuar a luta em defesa da previdência pública e garantir a autonomia da entidade, enfrentando as dificuldades através da mobilização e da organização da luta política dos docentes. A diretoria é composta pelos professores Sara Granemann (presidente), Walcir Barros (1º vice-presidente), Janete Luzia Leite (1ª secretária) e José Miguel Bendrao (1º tesoureiro). Representantes de Sindicatos, CUT- Nacional e regional, Andes, SINTUFRJ, Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, e o reitor e sua equipe prestigiaram o evento, que terminou com um agradável coquetel nos jardins da unidade.

A nova presidente declara que a diretoria continuará defendendo a universidade pública e o direito dos trabalhadores. "Continuaremos a luta contra as reformas sugeridas que privilegiam o capital e expoliam ainda mais os trabalhadores. Manteremos a autonomia das instâncias dentro e fora da UFRJ, respeitaremos as decisões da categoria e seguiremos lutando pelo ensino gratuito, laico, de qualidade e público", afirma Sara.

A diretoria que se despede faz um balanço positivo de sua atuação, apesar das adversidades. "Procuramos nessa gestão estar em todas as mobilizações e momentos importantes da luta. Foi difícil trabalhar com uma intensa agenda nacional, que requeria atividades variadas e um número reduzido de membros. Tivemos que abrir mão da nossa vida acadêmica, mas valeu a pena. Pudemos aprender muito nesse processo. Acabamos ampliando o número de companheiros que estão na luta, nessa luta política, nessa luta por uma sociedade diferente, uma sociedade comunista", analisa Cleusa Santos, ex-presidente da Adufrj.

## Unidade

A representante do SINTUFRJ, Simone Silva, falou após o reitor e destacou o trabalho realizado em conjunto entre as entidades, principalmente na luta contra a reforma da Previdência. "Diante desta conjuntura onde a experiência com Lula tem em muito frustrado os trabalhadores, a necessidade da unificação e da independência das entidades tem uma importância ímpar. A luta contra a PEC 40, onde os companheiros que ora assumem a Adufrj estiveram à frente junto ao SINTUFRJ e as demais entidades da UFRJ, demonstrou que estamos no caminho certo. Assim como a diretoria que hoje termina a sua gestão contou conosco, a nova diretoria pode ter certeza que estaremos juntos na luta em defesa de entidades independentes e que lutam pelos direitos da classe trabalhadora." O representante da CUT- Nacional, Agnaldo Fernandes, destacou o trabalho realizado pela gestão anterior e afirmou que são grandes os desafios para a nova diretoria. Segundo Agnaldo, os professores sabem que podem confiar nos companheiros eleitos para as lutas que virão. "É necessário barrar a ofensiva do capitalismo, reforçar a luta contra a Alca e a subserviência desse governo." Por último, ressaltou a importância de se sonhar por uma sociedade justa e igualitária, e a felicidade de contar neste sonho com nova presidente, a companheira Sara. A diretora da Fasubra, Neuza Luzia, também coordenadora-geral do SINTUFRJ, que não pôde participar da cerimônia, enviou mensagem parabenizando a nova diretoria.

Fotos: Niko Júnior

**NOVA DIRETORIA DA ADUFRJ:** José Miguel, Janete Luzia, Sara Granemann e Walcir Barros

## Marcha de mulheres

Uma marcha de mulheres ocupou o Centro do Rio na última sexta-feira, dia 17. A manifestação é parte da campanha pela valorização do salário mínimo. O tema é "Dobrar o salário mínimo para combater a pobreza entre as mulheres"

. A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Essa ação, iniciada em 2000, continua hoje em 50 países de todos os continentes, como expressão das lutas de trabalhadoras, rurais e urbanas, imigrantes, ativistas dos movimentos populares, sindicais, de defesa dos direitos das negras, das lésbicas, jovens, donas de casa, lideranças comunitárias e de tantas outras. Informações: Comitê Estadual da Marcha Mundial das Mulheres: (21) 2215-7996 e camtra@camtra.org.br/camtra@dh.com.br

DEBATE. ***Novo sistema de avaliação é considerado um avanço. Mas especialistas querem discutir mais.***

# Provão com os dias contados

O novo sistema de avaliação que vai substituir o Provão foi discutido num seminário nacional na semana passada na UFRJ. O Sinaes, a sigla como o sistema vai ficar conhecido, proposto pelo governo, vai ser enviado ao Congresso Nacional. O seminário – nos dias 16 e 17– reuniu representantes de entidades nacionais como Andifes e o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

Na avaliação do reitor Aloísio Teixeira, o novo sistema – que integra ferramentas como avaliação interna, externa e gradual do aluno – é um passo importante, mas com muitos pontos que precisam ser discutidos. De fato, foi opinião corrente de que é um avanço, principalmente em comparação com o criticado Provão, que tinha como foco apenas o estudante. Mas tem pontos que devem ser revistos.

Paulo Alcântara, presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) apontou razões para a avaliação, como a "mobilidade transnacional" gerada pelos tratados de livre comércio. Ele mencionou experiências das últimas décadas, como a Coordenação Permanente de Avaliação da UFRJ (Coopera), em 1994, que muitas universidades copiaram. Para ele, o Sinaes é um avanço também politicamente, já que não foi imposto, mas precisa de aperfeiçoamento. Um dos problemas, apontou, é a falta de definição quanto à missão dos componentes do sistema: "A constituição de um sistema nacional é fundamental."

Ana Braga, representante da Andifes, comentou que a entidade formou comissão sobre o Sinaes e ainda não concluiu o estudo. Para ela, a proposta traz a concepção dos debates que a academia tem feito na década de 90, como a educação como bem social. Mas ela também critica a ausência de representantes de entidades acadêmicas na Comissão Nacional de Avaliação e questiona a falta de definições na estruturação da comissão.

O pró-reitor de Pós-Graduação, José Luiz Monteiro, acha que o maior mérito da proposta é estar assentada na avaliação institucional e que seus resultados devem ser traduzidos de maneira simples para a sociedade. Para Monteiro, é necessário que seja discutido também de modo célere o sistema nacional de ensino superior.

Durante o debate, Ana Maria Ribeiro, do SINTUFRJ, apontou que um dos grandes problemas do Provão foi a imposição e à afronta a autonomia. Ela lembrou que a avaliação deve ser de todos os corpos que atuam na instituição: "Para que aqueles que trabalham possam ter objetivo final a ser alcançado, construído coletivamente." Ela questionou como o governo apresentará o retorno para solução dos problemas que serão apontados pela da avaliação.

Roberto Leher, ex-presidente do Andes, falou da influência na última década da lógica neoliberal, com núcleo sólido na noção de eficiência e eficácia, na verdade traços evidentes do utilitarismo econômico. Ele lembrou que a comissão que elaborou o Sinaes é constituída por pessoas que estão no mesmo campo em defesa da educação pública, mas que, ainda assim, há problemas, como o fato do debate da avaliação caminhar num sentido e a política educacional em outro.

**SEMINÁRIO.** Sistema de avaliação deve ser aperfeiçoado

## UFRJ formula proposta

Em agosto, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), formou uma comissão para elaborar propostas para avaliação das universidades composta pelos conselheiros Ana Canen, Maria José Coelho, Maria Luíza Mesquita, Alfredo Silveira, Ana Maria Ribeiro e Wellington Augusto. A comissão estabeleceu um cronograma de discussão até novembro. Só que o MEC avisou que as propostas deveriam ser encaminhadas até 10 de outubro porque o documento final seria remetido ao Congresso até o fim deste mês. A comissão então apresentou um documento ao CEG, aprovado no dia 8 de outubro. Seus membros deixam claro que este documento deve ser compreendido como preliminar e questionam a exigüidade do prazo.

A comissão indicou a estruturação de comissões internas com representação dos segmentos e centros e apoio de especialistas; avaliação externa composta de especialistas indicados por listas elaboradas pelos cursos; e composição da comissão nacional com representantes do MEC, do Conselho Nacional de Educação, do fórum de reitores, do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, da UNE e da sociedade civil (como OAB, CREA, ABI), do Andes e especialistas em gestão e avaliação institucional. O documento propõe um sistema que viabilize a transparência dos resultados para a sociedade e salienta a necessidade de comprometimento efetivo do MEC com relação aos problemas diagnosticados.

# Bolívia REBELDE

**SUBLEVAÇÃO:** ***Povo se rebela contra acordo do país com os Estados Unidos para exportação de gás natural***

O estado de insurreição que envolve a Bolívia, país vizinho ao Brasil que enfrenta aguda crise com o povo ocupando as ruas e que obrigou o presidente a reununciar, está vinculado à dominação imperialista no continente sul-americano. O estopim da crise foi um contrato de exportação de gás a preço de banana para os Estados Unidos assinado pelo governo submisso de Gonzalo Sánchez de Losada. Este personagem da burguesia boliviana (Sánchez de Losada) estudou e morou nos Estados Unidos e foi um dos responsáveis pela aplicação da doutrina neoliberal (que reduz o papel e as responsabilidades do Estado ampliando o poder dos empresários e dos negócios) na década de 1990.

Além do ambiente geral de imposição norte-americana aos países periféricos, os problemas da Bolívia têm raiz no secular abandono dos indígenas, que são a maioria da população: aimarás e quéchuas constituem 57% dos habitantes do país andino, um dos mais pobres da América Latina, com *renda per* capita anual de aproximadamente US$ 1 mil, uma situação de miséria aguda.

A situação, hoje, é de sublevação social de um povo que sofre descaso completo do governo e que não tem nada a perder. O povo boliviano nada tem a perder. O professor Hugo Suppo, que ensina história das relações internacionais na Uerj, concorda. Há uma divisão clara na sociedade boliviana e os indígenas se sentem completamente abandonados por um sistema político que os exclui ao longo da história, desde a época da colonização espanhola. O neoliberalismo dos anos 90 apenas agravou o estado de coisas e o movimento popular que quer a destituição dos titulares do poder tem um forte conteúdo nacionalista. Até a última sexta-feira, os conflitos de trabalhadores organizados pela Central Trabalhadora da Bolívia e da população em geral com o Exército já tinham deixado um saldo de 70 mortos. Cabe ressaltar a posição cautelosa do Brasil, que preferiu ficar em cima do muro, para não desagradar os Estados Unidos – que, de imediato, deu apoio a Losada, condenando o movimento popular –, se ofereceu (juntamente com a Argentina) para mediar um acordo entre governo e oposição.

Fotos: Internet

**ESCARAMUÇAS.** Brigas entre opositores em La Paz

**CONFRONTO**. Exército boliviano atira contra manifestantes

## País de luta

A Bolívia sempre foi um país de luta. Foi o cenário escolhido por Che Guevara para liderar uma revolução socialista na América Latina. Como se sabe, Guevara fracassou. Há mais de 50 anos, o país viveu a segunda revolução social mais importante do continente. A do México aconteceu antes, em 1910, com Emiliano Zapata. A da Bolívia virou uma "revolução esquecida", embora tenha provocado grande repercussão em todo o continente: foram três dias e três noites de combates nas encostas de La Paz. Morreram mais de mil pessoas nos combates. Milí-cias operárias integradas por mineiros ocuparam quartéis, tomaram armamentos, transformaram bananas de dinamites utilizadas nas minas em armas e, aliados às forças policiais, derrotaram o Exército. O poder foi tomado à força pelo Movimento Nacional Revolucionário. Mas, ao final, o processo acabou tendo desdobramento eleitoral: ganhou as eleições o nacionalista Paz Estenssoro.

## MST se solidariza

O coordenador nacional do MST, João Pedro Stedile, enviou ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, carta em que manifesta solidariedade à política do Itamaraty em relação à Alca.

"Os setores contrariados com a política externa brasileira são os mesmos que apregoam submissão à tirania financeira do FMI, que defendem a nefasta abertura aos oligopólios produtores de transgênicos, proclamam a autonomia do Banco Central, impedem uma imperiosa investigação sobre as privatizações irregulares e que apoiaram o processo de desmantelamento do parque industrial brasileiro e do desmonte do Estado", afirma Stedile na nota intitulada "Por uma política soberana do Itamaraty'".

## Alca: briga no governo

Na semana passada, o governo Lula anunciou que a condução da política externa brasileira é fruto de "um intenso trabalho interministerial cuja coordenação está a cargo do Itamaraty". Na manhã de terça-feira, 14, em entrevista ao programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo, o ministro da Casa Civil, José Dirceu disse que a "proposta dos EUA não interessa ao Brasil nem à maioria dos países da região". Ele se referia à insistência dos EUA de não negociar seus subsídios agrícolas na Alca (Área de Livre Comércio das Américas), deixando o tema para a OMC (Organização Mundial de Comércio). A manifestação do governo foi para neutralizar as ações dos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues, e do Desenvolvimento Industrial, Luiz Fernando Furland, que tentam enfraquecer o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que tem posição restritiva à Alca.